

Associação fundada em 25 outubro 1986;  
IPSS reconhecida no DR nº 245/1995, de 23.10.1995, III Série;  
Conselheiro do CES - Concelho Económico e Social;  
Membro do Conselho Consultivo do Inst. Gestão Finc. Seg. Social;  
Membro do Cons. Nac. p/Políticas de Solidariedade da Seg. Social;  
Membro dos Órgãos Sociais da UDIPSS de Lisboa.



## PRESS RELEASE / COMUNICADO à IMPRENSA

---

### REPÚDIO POR ATAQUE AOS REFORMADOS

O Conselho de Finanças Públicas, responsável pela fiscalização do orçamento de estado, anunciou, hoje, através da sua Presidente, ser contra a medida do governo que promove um aumento de pensões, em Portugal, afirmando mesmo, que esse aumento colocaria em causa as futuras atualizações salariais da função pública.

Face à melhoria do saldo do sistema previdencial em 2023, e ao aumento da rentabilidade anual do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social de 1,9% para 4%, assegurando esta trajetória em quase +40anos é nossa continuada reivindicação de que este e futuros Governos cumpram a fórmula de atualização em vigor, recuperando gradualmente para uma plataforma mínima de uma reforma condizente com o Salário Mínimo Nacional.

A ANAPR/MODERP repudia veementemente este ataque aos aposentados, pensionista e reformados por injusto, injustificado e inqualificável.

- Injusto porque os reformados não merecem serem assim tratados;
- Injustificado porque não compete a este órgão substituir-se à oposição;
- Inqualificável por secundar o contexto da criação de medidas que alterem o atual regime de pensões, visando a sua diminuição retributiva, tal como foi em sugerido, em 2022, pela Presidente do FMI Christine Lagarde que, alegou, ser muito “*generoso*” em países como Portugal !

O Presidente da ANAPR/MODERP

José Manuel Graça

